 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A
QUESTÃO
SOCIAL
NO NOVO
MILÉNIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

Cultura estudantil e participação cívica*

ELÍSIO ESTANQUE

Faculdade de Economia

Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

Resumo

A expansão da universidade portuguesa revela hoje duas tendências fundamentais: o alargamento das bases sociais de recrutamento da população estudantil; e a crescente presença de mulheres, que já representam a maioria dos estudantes.

Com base nestas ideias de partida, procura-se no presente texto discutir algumas das linhas de complexidade em torno da participação cívica e associativa, com base num inquérito sobre as práticas e atitudes da juventude universitária da Universidade de Coimbra. O objectivo principal é compreender os principais contornos da cultura e do activismo estudantil das gerações actuais, interpretando diversos aspectos da vida dos

* O presente texto insere-se no âmbito do projecto *Culturas Juvenis e Participação Cívica: diferença, indiferença e novos desafios democráticos*, em curso no Centro de Estudos Sociais, por mim coordenado, em conjunto com Rui Bebiano. Projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/ Ministério da Ciência, no âmbito do Programa “Sapiens2002” (POCTI/SOC/45489/2002).

estudantes tendo em vista compreender as potencialidades e limites do movimento associativo universitário, no quadro das profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade portuguesa nas últimas décadas.

Introdução

Como acontece em quase todos os domínios da nossa vida social e institucional, o sistema de ensino superior em Portugal tem passado por profundas mudanças nas últimas décadas. São múltiplas as polémicas e tensões que entretanto têm surgido à volta do assunto e muito diversificadas e complexas as possíveis formas de o abordar. No presente texto procuro analisar e questionar alguns aspectos da mudança em curso, apoiando-nos num inquérito aplicado aos estudantes da Universidade de Coimbra (UC)¹.

A fortíssima expansão que o sistema universitário português tem vindo a sofrer nas últimas décadas (sobretudo desde os anos setenta)² é, sem dúvida, um sintoma da democratização da Universidade, que assim se tornou acessível à entrada de estudantes filhos das classes trabalhadores. Ao mesmo tempo, essa expansão exprime as novas contradições com que se debate o sistema de ensino superior. Desde logo, tornaram-se maiores as pressões do mercado e as exigências de produção de um conhecimento aplicado e economicamente útil. Paralelamente, tornaram-se mais prementes os problemas que se prendem com a responsabilidade social e cultural da Universidade na produção de massa crítica capaz de contribuir activamente para a transformação da sociedade.

¹ O inquérito foi aplicado aos estudantes da Universidade de Coimbra durante o ano lectivo de 1999-2000, através de uma amostra representativa das 8 faculdades, estratificada segundo o sexo, tendo-se apurado 1887 inquéritos válidos. A amostra foi seleccionada a partir das turmas dos diferentes cursos e anos do plano de curso. Muito embora a maioria dos inquéritos tenham sido aplicados em sala de aula, em cada uma das faculdades um número de inquéritos equivalente a uma turma de tamanho médio foi aplicado aos estudantes no espaço da faculdade mas fora da sala de aulas. (Veja-se as características da amostra, no Anexo 1, no final).

² Com a criação de dezenas de novos institutos e Universidades, públicos e privados (incluindo o Politécnico, serão hoje cerca de 300 estabelecimentos), aumentou drasticamente o número de estudantes matriculados no ensino superior universitário. De cerca de 50.000 que existiam no início dos anos setenta (52.883 em 1975/76, cf. A. Barreto, 1996: 93) o número de estudantes do ensino superior aumentou para 388.724 (dados de 2003, MCES), sendo que destes, perto de 100 mil estavam no ensino privado. O número de licenciaturas (só nas universidades públicas) é actualmente de 470. Para além disso, a presença feminina no ensino superior suplantou largamente a masculina, com mais de 60% de mulheres nas universidades portuguesas.

Como se repercute esta situação na actual composição social dos estudantes de Coimbra? Quais os novos desafios e problemas que estas alterações colocam à actual geração de estudantes universitários? Que orientações predominam hoje entre os estudantes perante a intervenção social e cívica? Como caracterizar o seu envolvimento com as associações? Que diferenças podem detectar-se entre rapazes e raparigas? Os projectos de vida dos estudantes são hoje mais orientados para o individualismo ou para a solidariedade? Estas são apenas algumas das interrogações a que procurarei responder ao longo deste texto.

1. Contextualização

O processo de aparente democratização da Universidade Portuguesa foi largamente subvertido pela pressão do mercado. A aposta na abertura democrática da Universidade, sobretudo a partir dos anos oitenta do último século não se inseriu num estudo e planeamento prévio acerca do desenvolvimento estratégico do sistema universitário e sua articulação quer com os restantes sub-sistemas do ensino superior, quer com as tendências de evolução demográfica da população escolar. A pressão da procura, perante um sistema de *numerus clausus* que deixava anualmente dezenas de milhar de candidatos às portas das universidades, obrigou o governo de então a encontrar uma resposta política. Por um lado era necessário atenuar a contestação estudantil a um sistema de recrutamento que deixava na altura cerca de metade dos candidatos fora das universidades. Por outro lado, o governo de centro-direita aproveitou a situação para ao mesmo tempo satisfazer o *lobbying* dos interesses privados no mercado do ensino superior. Esse processo, no quadro das recomposições em curso no mercado de trabalho e das políticas de financiamento do ensino superior segundo o critério do número de alunos por escola favoreceu o crescimento desregulado e a lógica de “massificação”, contribuindo para a progressiva degradação da qualidade e da eficácia do ensino superior e das universidades.

Neste contexto, o caso da Universidade de Coimbra apresenta sem dúvida um interesse particular. Outrora a única universidade do país e lugar de formação das elites culturais, políticas e administrativas ao longo de sete séculos, a UC viu-se obrigada a responder e a ajustar-se a este conjunto de transformações. A universidade de maior tradição, que sempre se orgulhou do seu estatuto elitista, durante séculos consagrada pela literatura e cantada nas baladas, considerada e “venerada” por diversos governos, regimes e instituições, colocou-se na iminência de ser ultrapassada por outras instituições mais jovens e, aparentemente, mais

preparadas para responder às novas exigências da competitividade e do mercado de emprego. A nível nacional, a sua esfera de influência começou a dar mostras de enfraquecimento, o seu âmbito de recrutamento dos seus alunos estreitou-se e o seu protagonismo perdeu o brilho de outras épocas.

É necessário introduzir aqui uma breve nota histórica. Com mais de 700 anos de história, a Universidade de Coimbra foi até 1911 a única universidade do país. Associada a esta longa tradição, a identidade estudantil forjou-se largamente em torno dos inúmeros rituais académicos – oficiais e estudantis –, marcados pelo clima de festa e irreverência, pelas práticas da praxe e pelo movimento das Repúblicas (casas comunitárias de habitação estudantil animadas por uma cultura de rebeldia e criatividade intelectual), e ainda pelas variadas acções de protesto e luta colectiva que, principalmente desde o século XIX, se tornaram comuns no ambiente universitário. Nos anos sessenta, em particular, a UC foi palco de intensas lutas estudantis, as quais, tendo decorrido no quadro do regime salazarista, tiveram um alcance muito significativo no desgaste do sistema e mobilizaram não só os estudantes e a cidade mas a opinião pública democrática e a oposição ao Estado Novo. Estas experiências de luta académica decorreram não só num contexto político muito difícil, mas também num período em que a Universidade portuguesa era extremamente elitista e a UC congregava estudantes oriundos do país inteiro. O ambiente estudantil dessa época marcava a vida da cidade e animava o essencial da actividade cultural e associativa. O movimento pela democracia na universidade e contra o regime e a guerra colonial teve o seu momento culminante em 1969, quando os estudantes boicotaram uma sessão oficial na presença do Ministro da Educação e do então Presidente da República Américo Tomás. A Associação de estudantes (AAC – Associação Académica de Coimbra) e os estudantes ligados às *Repúblicas* eram então as principais estruturas organizadas do movimento estudantil e possuíam grande capacidade de mobilização dos estudantes. Na sequência dessas lutas seguiu-se uma forte repressão policial e muitos estudantes foram presos, outros expulsos da universidade ou compulsivamente recrutados para o serviço militar e mobilizados para a guerra colonial que então decorria em África (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau).

Ao longo das últimas décadas de vida democrática os estudantes continuaram, evidentemente, a participar em movimentos de rebeldia e lutas associativas e políticas. Desde meados dos anos 1990 até recentemente as principais acções contestatárias foram organizadas

sob a bandeira de luta contra o aumento das propinas. Há dez anos atrás o movimento anti-propinas teve algum impacto, mas os seu significado político começou a diminuir, principalmente porque a sociedade e a opinião pública questionaram cada vez mais as razões desta luta. Na verdade, perante um sistema universitário em que no sector privado os estudantes pagam há muito tempo mensalidades muito elevadas (cerca de 300 euros por mês neste momento), para muita gente era injusto que se exigisse a defesa de ensino superior público gratuito (até 1997, quando foram aumentadas para cerca de 300 euros/ ano). Nos últimos dois anos as universidades públicas passaram a cobrar cerca de 850 euros por ano, tendo o movimento estudantil invocado a lei constitucional que contempla o direito ao ensino superior “tendencialmente gratuito”. Porém, a mobilização dos estudantes tem vindo a enfraquecer, limitando-se à participação de escassas centenas de estudantes numa população que, em Coimbra, é actualmente de cerca de 30 mil estudantes (incluindo a Universidade, o ensino Politécnico e as instituições privadas). Paralelamente, o conteúdo político da causa estudantil tem vindo a perder força e nota-se um crescente afastamento das estruturas dirigentes em relação à massa dos estudantes, apesar da descentralização das estruturas de base, com a criação de núcleos por faculdade. Por outro lado, as festas e rituais estudantis continuam a congregar a atenção da maioria dos estudantes da UC, mas as práticas da praxe aplicadas aos caloiros são cada vez mais criticadas por encerrarem alguma violência (havendo por vezes queixas de agressão e humilhação) e as festas como os desfiles da Queima das Fitas e da Latada, parecem submetidas a uma lógica mercantilista e consumista em que os estudantes se procuram alienar, enveredando por atitudes de excitação, fuga e evasão e parecem cada vez mais indiferentes à participação em iniciativas e projectos com conteúdo cultural e substância crítica.

É à luz destas tendências de transformação que procurarei caracterizar as origens sociais dos actuais estudantes e compreender as suas práticas e orientações subjectivas perante a Universidade e o activismo cívico e associativo.

2. Origens geográficas

O fenómeno da regionalização das universidades, ao aumentar extraordinariamente a oferta do ensino superior (público e privado, universitário e politécnico), gerou uma lógica de dispersão territorial que levou à disseminação dos pólos de fixação dos jovens universitários, produzindo um efeito de “localização”. Os resultados evidenciam (Quadro 1) uma grande concentração do recrutamento na Região Centro e em particular no concelho (22%) e distrito (34,8%) de Coimbra. A população estudantil originária da Região Centro atinge os 63%. No entanto, 31,7% são provenientes de outras regiões do país, e mais de 6% são estrangeiros. Ora, isto tem claras implicações na recomposição de classe das famílias dos estudantes porque a distribuição espacial e a divisão rural-urbano reflectem importantes diferenças sociais (veja-se também o Anexo 2, no final).

Quadro 1. Origens geográficas, segundo a área de formação

	<i>RESIDÊNCIA DO AGREGADO FAMILIAR (%)</i>					
	<i>COIMBRA CONCELHO</i>	<i>RESTO DO DISTRITO DE COIMBRA</i>	<i>RESTO DA REGIÃO CENTRO</i>	<i>TOTAL DA REGIÃO CENTRO</i>	<i>RESTO DO PAÍS</i>	<i>PALOP'S E OUTROS PAÍSES</i>
ARTES E LETRAS	19,9	13,0	36,0	68,9	26,1	5,0
DIREITO	19,2	5,1	25,0	49,3	41,7	8,9
ECONOMIA E GESTÃO	35,1	20,9	21,3	77,3	15,9	6,7
CIÊNCIAS SOCIAIS	15,1	12,3	26,9	54,3	39,6	6,1
C. NATUR./ MATEMÁTICA	19,8	16,5	25,6	61,9	37,2	0,8
C. MÉDICAS/FARM.	19,5	7,5	29,9	56,9	38,1	5,0
ENGENHARIAS	32,5	16,0	29,1	77,6	18,6	3,8
DESPORTO	16,4	12,1	30,2	58,7	38,8	2,6
TOTAIS (N)	22,0 (412)	12,8 (240)	28,2(528)	63,0 (1180)	31,7 (594)	5,2(58)

3. Origens de classe

Comparando a estrutura de classes do país e as origens de classe dos estudantes da UC (Quadro 2), verificamos que, enquanto no total do país, a *classe superior* (empregadores e gestores) representa 13,6% da população activa, os estudantes oriundos dessa classe correspondem a UC 26,5%, o que revela uma sobre-representação da classe alta entre a população estudantil da Universidade. Quanto à *pequena burguesia proprietária*, na amostra do país representam cerca de 14%, e entre as origens sociais dos estudantes da UC 12%. A *classe média assalariada* possui no país um peso de 41,1% e entre os estudantes 28,1%. Por sua vez a classe dos *trabalhadores não-qualificados* apresenta percentagens idênticas na amostra do país (31,2%) e nas origens da população estudantil (33,1%)³.

Quadro 2. Origens de classe dos estudantes e estrutura de classes nacional (%)

	<i>ORIGEM DE CLASSE DOS ESTUDANTES*</i>	<i>ESTRUTURA DE CLASSES NACIONAL**</i>
EMPREGADORES	18,9	9,3
TRAB. CONTA PRÓPRIA	12,0	13,8
GESTORES	7,6	4,6
SUPERVISORES	14,7	14,4
TÉCNICOS /TRABS. QUALIFICADOS	13,7	26,7
TRABALHADORES NÃO-QUALIFICADOS	33,1	31,2
TOTAL (N)	100 (1499)	100 (1144)

* *Inquérito aos estudantes da UC (1999-2000).*

** *Inquérito às Atitudes Sociais dos Portugueses (ISSP, 1999).*

Muito embora estes resultados indiquem uma clara abertura do sistema, não pode considerar-se que sejam um reflexo directo da mobilidade social ascendente. As profundas

³ O modelo de análise utilizado para a construção das categorias de classe inspirou-se em Erik O. Wright (1985). Veja-se o mesmo modelo aplicado a um estudo das classes na sociedade portuguesa (Estanque e Mendes, 1998).

mudanças estruturais que ocorreram em Portugal nas últimas décadas impedem essa leitura linear (Mendes, 2001).

Primeiro, estes dados referem-se apenas à população universitária (que já ingressou na Universidade) pelo que não permitem captar a influência da variável “classe” naqueles que são excluídos do sistema (em Portugal as pessoas com um diploma do ensino superior eram em 2002 apenas 9% da população entre os 25 e os 64 anos, enquanto a média dos países da OCDE era de 16%). Certamente que os jovens excluídos do acesso ao ensino superior serão largamente oriundos das classes baixas, ou seja, os cerca de 33% dos estudantes da UC cujas famílias são trabalhadoras representam apenas uma pequena parte da totalidade dos jovens que descendem dessas classes, enquanto os filhos de “empregadores” e “gestores”, ou da “classe alta” em geral, apesar de representarem uma pequena parcela dos actuais estudantes, poderão fazer parte de um segmento de jovens que – embora minoritário da sociedade e na população universitária – acedem facilmente ao ensino superior na sua generalidade.

Em segundo lugar, a reestruturação das profissões, sectores de actividade e do mercado de emprego tem sido profunda no nosso país, pelo que o conceito de “mobilidade social” é problemático. No espaço de vinte e poucos anos o sector agrícola desceu drasticamente e o terciário subiu em flecha para mais de 50%, pelo que é necessário não confundir reconversões profissionais com novas oportunidades ou processos de “ascensão”. A forte recomposição e flexibilização do mercado de emprego levou à perda de prestígio e estabilidade, ou mesmo à “proletarização” de certas categorias profissionais cujos ocupantes possuem hoje níveis de escolaridade elevados.

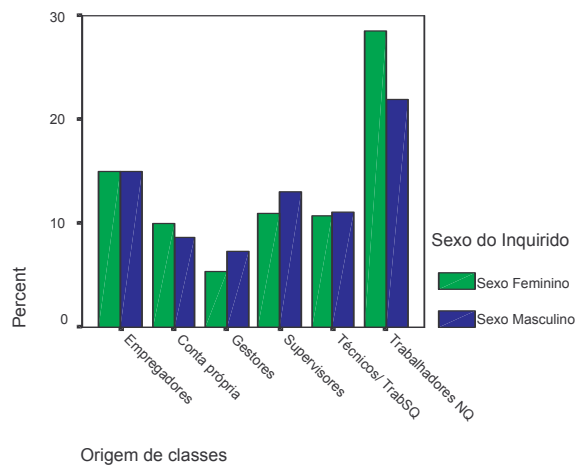
Em terceiro lugar, como se sabe, a questão da educação e da sua crescente expansão nos países avançados motivou uma desvalorização dos diplomas escolares, fazendo com que a preservação de posições privilegiadas na estrutura social exija a monopolização de títulos académicos mais elevados e difíceis de alcançar (mestrados e doutoramentos). Significa isto que a forte mobilidade estrutural e absoluta que ocorre em sociedades em rápida transformação é muitas vezes compatível com a manutenção das desigualdades de oportunidades, quer no emprego, quer no acesso às credenciais escassas (Cabral, 1997; Grácio, 1997; Estanque, 2000).

4. Diferença sexual

Sabemos que as raparigas constituem a maioria da actual população estudantil da UC, com mais de 60%. Ao cruzar as origens de classe dos estudantes com a sua distribuição segundo o sexo, podemos observar (Gráfico 1, abaixo) um idêntico volume de rapazes e raparigas nos vários estratos sociais, mas a classe trabalhadora revela uma clara maioria de raparigas (34,5%, contra 28,9% de rapazes).

Esta situação é um importante elemento a ter em conta na caracterização das mudanças em curso e das tendências de recomposição dos estudantes do ensino superior em Portugal, em particular no tocante à sua distribuição segundo o sexo. É conhecido que as taxas de sucesso escolar das mulheres são em geral superiores às dos homens em todos os níveis de ensino (Seixas, 2003; Balsa *et al.*, 2001). Mas, se isso explica, em parte, a crescente presença feminina no ensino universitário, estamos em crer que há aqui elementos específicos da sociedade portuguesa que importa explicar.

Gráfico 1. Origens de classe, Segundo o sexo



Por razões de natureza sociocultural, a entrada dos rapazes numa actividade profissional tende a processar-se mais cedo do que a das raparigas (sem esquecer que é entre as classes mais carenciadas que a pressão é maior), e sabendo-se que as raparigas tendem a obter melhores resultados escolares no ensino secundário, é de esperar que o efeito atractivo do ensino superior sobre os filhos da classe trabalhadora, ao combinar-se com a escassez de recursos económicos e perante a existência de mais do que um filho, de sexos diferentes, faça

recair a “escolha” sobre a rapariga. No entanto, o maior sucesso e presença das raparigas no ensino superior está longe de ter o seu equivalente no plano das oportunidades no mercado de emprego, o que, aliás, mostra bem como a recomposição da estratificação social continua a evidenciar uma clara articulação com a diferença sexual (Crompton, 1997; Smith, 1999). As representações acerca da divisão sexual do trabalho e dos papéis de género na vida doméstica estão ainda fortemente presentes na sociedade portuguesa, fazendo-se sentir os efeitos do patriarcado na restrição do acesso às posições de autoridade e liderança por parte da força de trabalho feminina (Mendes, 2001).

5. Dimensões da vida e atitudes subjectivas

Os resultados sobre as dimensões da vida (Quadro 3, abaixo) revelam a importância que os estudantes atribuem (por ordem decrescente) à família, à vida afectiva e à profissão. Esta última ocupa aqui um lugar de relevo, mas as preocupações dos estudantes com a família e a profissão variam em função do género.

Quadro 3. Principais dimensões da vida, segundo as áreas de formação

Dimensões da vida	Áreas de formação (%)								
	Letr	Direi	Econo	Ciênci	C. Nat./	Medici	Enge	Despor	Total
1ª. Escolha									
Família	58,3	66,2	51,7	50,7	48,7	62,2	48,2	42,2	54,2
Vida afectiva	24,8	15,9	25,0	31,2	31,9	21,4	23,0	19,3	24,9
Profissão	9,8	13,2	16,5	12,1	15,1	11,2	15,0	12,8	12,9
Sexo	0,8	-	3,0	1,0	1,7	1,6	6,6	12,8	2,7
2ª escolha									
Vida afectiva	34,4	30,9	35,2	34,6	33,6	28,5	27,8	23,1	31,7
Profissão	31,2	36,2	29,7	31,2	30,3	32,1	25,1	22,2	30,2
Família	19,0	12,8	18,2	21,8	24,4	20,9	20,2	13,0	19,5
Lazer	2,4	6,0	4,2	2,9	4,2	6,3	8,1	7,4	4,8

3ª. escolha									
Profissão	35,9	33,1	37,3	36,8	38,1	39,9	30,3	17,0	35,1
Vida afectiva	16,3	23,8	17,4	15,4	18,6	18,1	16,3	13,2	17,1
Lazer	11,2	11,3	11,4	13,2	11,9	14,8	14,9	7,5	12,6
Família	7,2	7,9	12,3	12,0	11,9	6,0	9,0	10,4	9,5

A esse respeito, gostaria de salientar três pontos. Primeiro, quer os rapazes quer as raparigas seguem a tendência geral de atribuir mais importância à família, a seguir à vida afectiva e, finalmente, à profissão. Segundo, as percentagens obtidas pelas raparigas são mais elevadas em todas as opções. Terceiro, comparando os valores em termos relativos, os rapazes dão maior importância a dimensões como o sexo e o lazer, aspectos bem menos referidos pela população estudantil feminina.

Por outro lado, o campo do lazer, apesar de pouco assinalado pelos estudantes, não deve ser menosprezado, já que, como se sabe, na cidade de Coimbra, as práticas de lazer e consumo, a frequência de bares, festas, discotecas, etc., são largamente animadas pela juventude universitária (Lopes, 2001). Um outro aspecto que vale a pena mencionar, pelo significado que possui em Coimbra, é o das festas estudantis. Para além do desfile da queima das fitas (concretamente, a presença em cima do carro alegórico) que é para rapazes e raparigas o aspecto mais relevante dos rituais académicos, práticas como o baile de gala, a benção das pastas e o uso do traje académico são sobretudo importantes para o sexo feminino, enquanto as noites do parque, o cortejo da latada, a garraiada e ainda a aplicação das praxes aos caloiros são elementos mais valorizados pelos rapazes (Estanque, 2005).

6. Orientações, associativismo e activismo

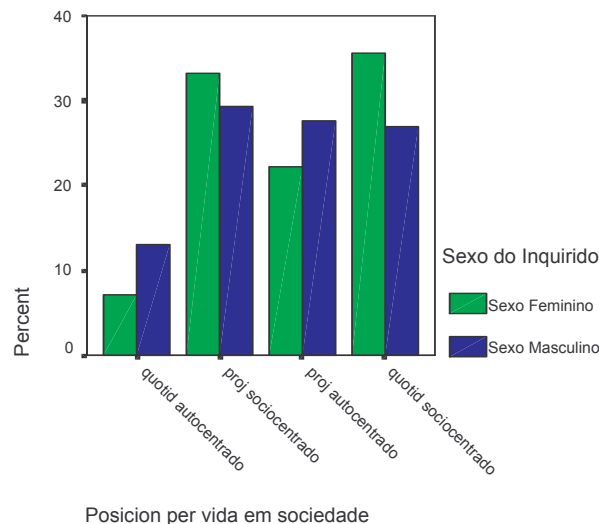
A análise das orientações e atitudes subjectivas exige, uma vez mais, a sua contextualização no quadro mais amplo da realidade sociocultural em estudo. Se é certo que a UC sempre esteve estreitamente relacionada com a emergência de novos valores e movimentos estudantis (mesmo quando eles eram violentamente reprimidos), perante o forte alargamento da massa estudantil e a pressão profissionalizante (reflexo da crescente força dos princípios neoliberais na economia e na sociedade), é importante verificar até que ponto a luta

pelo emprego e as preocupações com a família, que acabei de mostrar, estão ou não a inibir o envolvimento dos jovens estudantes no campo associativo e no activismo cívico e político.

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que tem sido utilizada em estudos sobre as atitudes estudantis (Machado, *et al.*, 1990 e 2003). Trata-se de uma escala de atitudes em que os inquiridos escolhem uma opção entre quatro modelos de orientação que lhes são propostos⁴: um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais (*quotidiano autocentrado*); um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvência social e colectiva (*quotidiano sociocentrado*); um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual (*projecto autocentrado*); e um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo (*projecto sociocentrado*).

Os resultados obtidos revelam algumas indicações interessantes (veja-se Gráfico 2 e Quadro 4, abaixo). Em primeiro lugar, as orientações *sociocentradas* têm primazia sobre as *autocentradas*; em segundo lugar, o *projecto* autocentrado parece ser mais marcante entre os estudantes do que o *quotidiano* autocentrado; em terceiro lugar, e comparando os dois sexos, as orientações das raparigas são mais abertamente sociocentradas do que as dos rapazes.

Gráfico 2: Atitudes sobre a vida social, segundo o sexo



⁴ A tipologia foi elaborada a partir das respostas a perguntas específicas que cruzavam as 4 dimensões segundo 2 eixos: colectivismo/ individualismo; quotidiano/ projecto de médio prazo.

Quadro 4. Orientações perante a vida, segundo as áreas de formação

ÁREAS DE FORMAÇÃO	QUOTIDIANO	PROJECTO	PROJECTO	QUOTIDIANO
	AUTOCENTRADO	SOCIOCENTRADO	AUTOCENTRADO	SOCIOCENTRADO
LETRAS	9,2	33,8	18,1	38,8
DIREITO	5,9	34,0	27,5	32,7
ECONOMIA E GESTÃO	9,7	25,0	36,0	29,2
CIÊNCIAS SOCIAIS	7,1	33,9	20,6	38,4
C. NATURAIS/ MATEMÁTICA	11,0	34,7	20,3	33,9
C. MÉDICAS/ FARMÁCIA	8,3	38,5	24,5	28,7
ENGENHARIAS	15,3	28,4	26,6	29,7
DESPORTO	12,3	29,8	28,1	29,8
TOTAL (N)	9,4 (174)	32,7 (603)	24,7 (455)	33,3 (614)

À partida, estes dados parecem, em parte, contrariar alguns conhecidos diagnósticos acerca do individualismo, da indiferença e do vazio de valores da actual juventude, muito embora as respostas de sentido hedonista e convivial sejam muito significativas (Lipovetsky, 1989). Do cruzamento dos resultados pelas diferentes áreas de formação verifica-se, por um lado, que as distribuições percentuais mantêm uma grande regularidade, ou seja, são poucas as variações dignas de registo em função das diferentes áreas de estudo. O relativo equilíbrio entre os dois modelos mais presentes nas percepções dos inquiridos (quotidiano sociocentrado/ projecto sociocentrado) é um dos traços salientes. A este respeito, as áreas que mais se destacam são, em primeiro lugar, as das Letras e das Ciências Sociais, que revelam uma maior presença do modelo de quotidiano sociocentrado; em segundo lugar, no caso do projecto sociocentrado, são as Ciências Médicas que mais se destacam, logo seguidas das Ciências Naturais/ Matemática e Direito. A área de Economia/ Gestão sobressai entre as demais como aquela em que, contrariamente à tendência dominante, o projecto autocentrado está mais presente, enquanto o projecto sociocentrado tem aí o mais fraco grau de adesão; é

também reduzida a adesão ao quotidiano sociocentrado. As Ciências Médicas (38,5%), as Ciências Naturais (34,7%) e o Direito (34%) parecem ser as áreas onde está mais presente a identificação com um projecto de vida pautado por preocupações sociais⁵.

As orientações perante a vida social podem ainda ser relacionadas com os resultados acerca das actividades e experiências associativas. Já sabemos que, em termos gerais, a propensão à participação cívica e política tem vindo a reduzir-se. Porém, algumas pesquisas recentes detectaram sinais de estabilidade no plano da actividade associativa e política, fazendo crer que, além de se manterem níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país (era de 34% em 1990 e passou para 25,6% em 1999), os valores *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, embora estejamos ainda distantes da média europeia neste capítulo (veja-se, Delicado, 2003: 232-241).

No caso dos estudantes da UC, importa relacionar os anteriores resultados com as trajectórias e experiências colectivas e individuais. Recorde-se que, por exemplo, a filiação na Associação Académica (AAC) é um acto meramente burocrático, já que o estudante fica automaticamente inscrito no momento da matrícula. Daí que possamos dizer que “a maior associação de estudantes do país” não corresponde necessariamente à associação mais participada pelos seus membros. Nos últimos actos eleitorais para a Direcção da associação, os níveis de votação têm oscilado entre os 15 e os 23%, e em geral as reuniões e assembleias revelam dificuldade de mobilização da massa estudantil como, aliás, acontece com as estruturas associativas em geral.

Da análise destes números (Quadro 5) é de realçar, em primeiro lugar, o escasso volume de participação estudantil, quer ao nível dos núcleos das faculdades e das estruturas autónomas de estudantes, quer nos diferentes órgãos da AAC. Esta é a tendência geral mais visível, sendo que a ausência de participação é bem mais notória no segundo caso do que no primeiro. Na distribuição por áreas de formação, verifica-se que áreas como a do Desporto (20,3%) e das Ciências Sociais (15%) são as que, apesar de tudo, revelam menores níveis de indiferença (se somarmos “muita” e “alguma” participação) no caso dos núcleos e estruturas autónomas, enquanto no caso da participação em órgãos dirigentes da AAC apenas o caso das

⁵ O cruzamento destes resultados segundo a origem de classe dos estudantes também não conduziu a conclusões que comprovem a capacidade explicativa da variável "origem de classe" em relação a estas orientações. Os modelos mais marcantes (quotidiano sociocentrado e projecto sociocentrado) continuam a distribuir-se de modo relativamente uniforme entre os estudantes da UC e sem revelar uma associação privilegiada com a categoria de classe dos seus pais.

Ciências do Desporto merece realce, com 24,6% de participação (segundo o mesmo critério de somar “muita” e “alguma” participação).

Quadro 5. Práticas Associativas, Segundo a Área de Formação (%)

FREQUÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA								
	NÚCLEOS/ ESTRUTURAS AUTÓNOMAS DE ESTUDANTES				ÓRGÃOS DA AAC			
	MUIT	ALGU	POUC	NENHU	MUIT	ALGU	POUC	NENHU
	A	MA	A	MA	A	MA	A	MA
ARTES E LETRAS	3,5	3,1	21,0	72,4	4,0	1,2	13,1	81,7
DIREITO	0,6	7,7	14,7	76,9	1,3	1,3	8,1	89,3
ECONOMIA E	4,8	6,7	19,0	69,4	0,4	4,5	8,2	86,9
CIÊNCIAS SOCIAIS	4,4	10,6	20,7	64,3	3,6	3,8	14,3	78,4
C. NATURAIS/	5,9	5,1	15,3	73,7	1,7	5,2	8,6	83,6
C. MÉDICAS/	3,1	7,0	23,6	66,3	1,1	3,7	13,2	81,9
ENGENHARIAS	4,7	6,0	23,8	65,5	5,1	4,7	14,5	75,6
DESPORTO	5,3	15,0	32,7	46,9	4,4	20,2	15,8	59,6
TOTAL	4,0	7,7	21,3	67,0	2,8	4,5	12,5	80,2

Dados como estes devem, a meu ver, suscitar alguma preocupação, dada a tendência à indiferença que deles sobressai. Porventura a pressão para o trajecto profissional é hoje de tal maneira forte e os vínculos culturais e identitários com a cidade esbateram-se de tal forma que impedem ou atenuam fortemente a estruturação de uma identidade académica forte. A memória do passado de lutas e movimentos estudantis – tanto do século XIX como a dos anos 60 do século XX – dá mostras de se perder no tempo e diluir entre as manifestações rituais do presente (Bebiano, 2003). A participação associativa é fraca, independentemente dos critérios utilizados para a avaliar, o que revela que na UC se perdeu parte da capacidade de identificação e mobilização dos estudantes no campo da intervenção cívica (Quadro 6).

Quadro 6. Percepção da solidariedade e competitividade entre colegas

	FACULDADES (%s em coluna)								
	Letras	Direit	FEUC	Medic	FCTU	Farm	Psicol	Despo	Total
SOLIDARIEDADE GERAL	34,4	15,5	33,7	17,4	46,7	36,1	29,2	64,0	35,2
ENTREAJUDA SELECTIVA	45,1	45,8	44,3	53,0	37,2	41,0	47,5	22,8	42,6
COMPETIÇÃO PARCIAL	9,5	20,6	9,9	14,8	8,4	11,4	15,8	7,0	11,6
COMPETIÇÃO GERAL	4,0	14,2	3,4	8,7	2,1	1,2	3,3	4,4	4,4
N	326	155	323	149	379	166	240	114	1852

7. Dificuldades e desafios dos movimentos estudantis

Como acabei de mostrar, os resultados do inquérito revelam uma escassa participação dos estudantes nas actividades associativas e também nos actos eleitorais da Associação de Estudantes (AAC). Esta situação é sem dúvida expressão das tendências mais gerais das democracias ocidentais onde se assiste a um crescente divórcio entre a acção política e os cidadãos.

Assim, é necessário atender a que as formas tradicionais de intervenção pública e as modalidades de activismo político que vigoraram ao longo da segunda metade do século XX se encontram em profunda transformação. Por um lado, assistiu-se à emergência de todo um conjunto de novas dinâmicas e formas de mobilidade social e territorial, à intensificação dos fluxos globais de todos os tipos, à presença crescente das novas tecnologias da informação, ao aumento da concentração urbana etc., o que conduziu a mudanças drásticas nos modos de vida em sociedade e a uma maior individualização das relações sociais. Por outro lado, depois da queda do muro de Berlim e do império soviético esbateram-se largamente as ideologias que

durante mais de um século inspiraram os principais movimentos sociais sob formas de acção colectiva inspiradas em modelos utópicos de cariz emancipatório (Santos, 2003; Santos e Nunes, 2004).

Os fortes movimentos de base popular que nos anos setenta ocorreram em Portugal, num contexto de grande radicalismo político-ideológico, atingiram elevadíssimos níveis de participação, mas rapidamente deram lugar ao esgotamento, pois o desinteresse pela vida pública decresceu à medida que o regime democrático estabilizou. Temos hoje uma democracia consolidada, que trouxe novas oportunidades e permitiu que a classe trabalhadora pudesse aceder a padrões de vida e formas de consumo próximas da classe média, apesar da realidade económica e social do país revelar muitos problemas no plano do desenvolvimento e das desigualdades sociais. Foi neste quadro que a actual juventude cresceu e se formou. A vida universitária passou a funcionar segundo os princípios de democraticidade com representação de estudantes em todos os seus órgãos de gestão. Muito embora os períodos de maior mobilização e activismo apontem o governo e o Ministério da Educação como o principal adversário, o certo é que esse adversário nem sempre é fácil de identificar. No actual panorama tornou-se difícil eleger um “inimigo” que permita suscitar uma vontade massiva de contestação por parte dos estudantes.

É certo que o activismo sempre foi privilégio de minorias, e por isso, tirando situações excepcionais de ruptura revolucionária, são principalmente as “vanguardas” que participam e formatam as condições da acção colectiva. Mas, se as velhas utopias caíram em desuso é uma tarefa impossível postular potencialidades vanguardistas aos grupos estudantis mais radicais, enquanto não reinventarem novas utopias a que a juventude possa aderir. Num contexto de expansão da universidade e quando os caminhos da acção rebelde são tão indefinidos, os poucos focos de radicalismo correm o risco de isolamento.

No caso da Universidade de Coimbra, os processos de massificação, o quotidiano da vida estudantil e a crescente feminização alteraram as atmosferas da cidade e os núcleos em que germinam sociabilidades alternativas são, na verdade, muito escassos. Em primeiro lugar, os estudantes na sua maioria (que, como mostrei antes, são sobretudo oriundos da região Centro), ou habitam com os pais na cidade ou visitam as suas famílias semanalmente, saindo muitas vezes à sexta-feira e regressando à segunda-feira. Isto retira logo algum sentido à

capacidade de reforço das identidades de grupo e à promoção de actividades de índole intelectual e associativa.

Em segundo lugar, a evasão regular para fora da cidade prende-se também com a maior presença de filhos da classe trabalhadora e de jovens mulheres. Estes aspectos favorecem uma maior pressão da família no sentido da conclusão do curso dos filhos com maior brevidade tendo em vista alcançar rapidamente uma posição no mercado de trabalho. Além disso, como vimos nos resultados do inquérito, não só a família e a profissão foram os principais factores de preocupação apontados pelos estudantes, como as raparigas revelaram nas suas respostas uma maior dedicação à família. Sem esquecer que elas estão em maioria entre os filhos da classe trabalhadora.

Em terceiro lugar, o fenómeno da feminização introduziu uma importante dissonância na cultura estudantil de Coimbra, uma vez que a tradição académica é fortemente masculinizada. Os rituais festivos, os cortejos, as brincadeiras da praxe, as próprias canções associadas ao simbolismo da universidade são todos eles imbuídos de valores patriarcais e de atitudes onde persiste algum “marialvismo”. Nuns casos a violência (simbólica ou física), noutros as práticas sexistas tendem ainda a relegar as raparigas para um estatuto secundário. Não é permitido às mulheres catarem o fado de Coimbra. Os dirigentes associativos e os activistas em geral são maioritariamente rapazes. Algumas das iniciativas de crítica à praxe académica e à tradição foram dinamizadas por núcleos de jovens mulheres que denunciam esta situação.

Estes factores contribuem no seu conjunto para inibir a expansão de um espaço público de permanente debate, onde o espírito crítico e a reflexão intelectual (e científica) ocupem um lugar central. As próprias estruturas de gestão da UC têm descurado a promoção e dinamização de estruturas, espaços e iniciativas que estimulem o activismo e a participação dos estudantes a todos os níveis da vida académica e cidadina. Não quero, todavia, concluir com este tom pessimista. Nem isso seria um retrato fiel da vida estudantil.

Como também mostraram os resultados do inquérito, a maioria dos estudantes denunciou uma propensão clara para o envolvimento colectivo. Note-se que neste aspecto as raparigas sobressaíram, mostrando maior sensibilidade para a vida social, enquanto os rapazes revelaram participar mais no campo associativo. Em todo o caso, os dados mostram que a maioria dos estudantes dá mais importância ao lado social da vida do que ao lado individual, sendo a maioria das respostas reveladoras de um sentido “sociocentrado”, quer no quotidiano

quer nos projectos futuros. E isto pode considerar-se um indicador positivo para favorecer a participação na esfera pública. Além disso, no último acto eleitoral para a direcção da AAC (que ocorreu enquanto escrevia este texto), os índices de participação aumentaram relativamente a anos anteriores atingindo os 35% de votantes.

Outros elementos a merecer atenção dizem respeito à forma como no actual contexto sócio-político a intervenção pública tem lugar. A intervenção dos dirigentes associativos tem vindo a revelar uma crescente preocupação com a descentralização, havendo hoje um conjunto de estruturas de faculdade (núcleos de curso) que promovem uma variedade de iniciativas tanto de carácter cívico como académico. Ciclos de debates, tertúlias de reflexão informal, uma preocupação e interesse pelo estudo da própria universidade enquanto fenómeno sociológico, publicações regulares de jornais de escola e por vezes iniciativas culturais. Paralelamente, os organismos da AAC dinamizam variadíssimas áreas de interesse cultural e cívico, que vão desde ao cinema ao teatro, passando pela manutenção de uma estação de rádio e um jornal de grande qualidade, ate iniciativas desportivas e culturais diversas. Neste momento anunciam-se programas de acção solidária virados para a sensibilização para com os problemas sociais, a pobreza e as desigualdades sociais, procurando promover a solidariedade. Muito embora os principais dirigentes seja por vezes acusados de oportunismo político (porque a visibilidade suscitada pelos principais líderes permite-lhes aceder mais tarde a posições e cargos de destaque), o modo como utilizam a comunicação social e como formatam as suas agendas em função disso revelam um esforço de adaptação à vida pública moderna, que muitas vezes colhe dividendos favoráveis aos estudantes e conseguem interferir no debate público mais geral.

As «Repúblicas» de estudantes constituem um microcosmos onde pontifica a gestão das responsabilidades partilhadas e o estímulo à iniciativa de cada um, tornando-as importantes células de experiência política e cultural. Pela partilha colectiva dos problemas quotidianos, a defesa do sentido de autonomia individual, e até pela sua intervenção crítica e de denúncia da tradição, estas casas assumem-se como focos de rebeldia que podem, a prazo, ser decisivas no revigoramento do movimento estudantil no seu conjunto. Alguns dos activistas mais radicais que nos últimos tempos têm animado as acções contestatárias vivem nestas comunidades. Apesar de algum isolamento perante a massa estudantil, o seu potencial de irreverência é significativo e o seu papel poderá tornar-se ainda mais importante, desde que se consolidem os

canais de diálogo com as restantes estruturas estudantis e que a sua imagem de “maus estudantes” junto da comunidade seja revertida.

Conclusões

Os novos movimentos sociais e o activismo estudantil são fenómenos que – sobretudo desde o Maio de 68 em França – têm permanecido intimamente ligados. Os efeitos sociais, culturais e políticos das experiências dos anos 60 do último século fizeram-se sentir ao longo das últimas décadas (de forma directa e indirecta) um pouco por todo o mundo. Importa, pois, ter presente que as profundas transformações sociais ocorridas ao longo deste tempo não foram alheias a esse momento de ruptura. Importa também olhar para esse passado não com qualquer sentimento nostálgico, mas sim atender à sua complexidade e à relação dialéctica que mantém com a actualidade. É preciso, por um lado, partir da realidade presente para reinterpretar, sem saudosismo, a experiência histórica passada, e por outro, partir das novas interpretações do passado para melhor entendermos o presente.

Porém, os desafios actuais colocam as gerações estudantis de inícios do século XXI perante novos dilemas, perplexidades e potencialidades de acção. Se, pelo menos nas democracias consolidadas, a participação e o activismo já não funcionam no mesmo paradigma, se as modalidades clássicas de intervenção e acção colectiva se pulverizaram, estamos hoje perante a emergência de novas formas de acção e novos meios de influenciar as decisões institucionais e o aprofundamento democrático. É certo que muitos milhares de jovens da actual geração se afastam da política e da intervenção associativa, sendo em boa medida vulneráveis a padrões de consumo indutores de um efeito de acomodamento próprio da classe média (Estanque, 2003). Mas o individualismo não parece ser uma opção generalizada.

Talvez o facto de estarmos ainda habituados a avaliar a política segundo os velhos modelos nos impeça de ver os efeitos do impressionante volume de informação que diariamente é traficada entre países e continentes à escala global. Por exemplo, as redes virtuais e as implicações das comunidades de cibernautas na vida pública são hoje menos tangíveis do que os movimentos do passado, mas nada nos garante que os seus impactos sejam irrelevantes. Perante um mundo menos previsível, com sociedades que continuamente se “desnacionalizam” transferindo parte das suas esferas de influência para o plano transnacional, é de esperar que, a par do reforço dos poderes hegemónicos do capitalismo

mundial, se reforcem também as lógicas de acção transnacional que contestam e permanentemente pressionam tais poderes.

Na era da sociedade da informação, algumas das velhas estruturas e modelos de acção colectiva cederam lugar às actuais redes e formas de mobilização de características fluídas e instáveis (Castells, 2000). A causa política do operariado virada para um futuro socialista longínquo há muito que perdeu fôlego. Nos dias de hoje os movimentos sociais colocam o enfoque nos objectivos imediatos cujo impacto se mede em larga medida pela sua visibilidade pública (sobretudo através da TV). Mas, lado a lado com essa visibilidade, as redes virtuais, com as suas cumplicidades e formas subterrâneas de comunicação, de solidariedade e denúncia, apoiadas noutros meios tecnológicos (internet, telemóveis) seguem o seu curso. A luta colectiva passa actualmente mais pelo desejo de reconhecimento e pela necessidade de afirmação identitária (Fraser, 1997; Honneth, 1996) e é através dessa dimensão que estes fenómenos podem vir a adquirir maior consistência. Embora se desconheça ainda o real significado de tais processos, as iniciativas públicas parecem revestir-se de lógicas de novo tipo. É possível que as performances sem causa, as *mass mobs*, a busca de excitação colectiva, etc., a que hoje assistimos transportem um potencial de denúncia e irreverência capaz de se reverter em expressão política. Mas os protagonistas actuais – em particular se pensarmos em movimentos juvenis, no Fórum Social Mundial ou nos chamados movimentos da “alter-globalização” – parecem por vezes assumir contornos de «jogo do gato e do rato» (ou o «toca-e-foge», que as crianças praticam nos pátios das escolas), isto é, uma acção de guerrilha que está longe das velhas manifestações de massas e dos palcos da política oficial dos grandes líderes partidários ou institucionais. É nestas novas formas de expressão, é nas pequenas associações, nos micro-movimentos que a juventude, ou pelo menos os seus segmentos mais rebeldes, parece investir. Não podemos esperar que isto venha a redundar em vastos movimentos de larga escala, mas as ideias inovadoras, os caminhos da mudança e a irreverência política sempre foram activados por minorias.

Referências Bibliográficas

Balsa, Casimiro, *et al.* (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior. Desigualdades e Diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri/ CEOS.

- Barreto, António (Org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1996*. Volume I. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Bebiano, Rui (2003) “A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66. Coimbra: CES, pp.151-163
- Cabral, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Castells, Manuel (2000), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – Vol I. A Sociedade em Rede*. S. Paulo: Terra e Paz.
- Crompton, Rosemary (1997), “Diferença sexual e análise de classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 23-43.
- Delicado, Ana (2003), “A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo”, in Jorge Vala; M. Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 199-256.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: práticas e subjectividades de classe no operariado do calçado*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio (2003), “O efeito classe média: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”, in Cabral, M. Villaverde (org.), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Estanque, Elísio (Coord.), et al., (2005), *Universidade de Coimbra – Desafios para o século XXI: um estudo sociológico*. Relatório de Pesquisa (mimeo). Coimbra: CES
- Estanque, Elísio e Mendes, José Manuel (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal – um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento.
- Fraser, Nancy (1997), *Justice Interruptus: Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition*. N. York/ London: Routledge.
- Honneth, Axel (1996), *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Smith, Dorothy (1999), *Writing the Social*. Toronto: University of Toronto Press Inc.

- Grácio, Sérgio (1997), *Dinâmicas da Escolarização e das Oportunidades Individuais*. Lisboa: EDUCA/ Formação.
- Lipovetsky, Gilles (1989), *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Lopes, João Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto: Afrontamento.
- Machado, Fernando Luís *et al.* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66.
- Machado, Fernando Luís *et al.*, (1990), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 189-209.
- Mendes, José Manuel de Oliveira (2001), “Todos iguais? Uma análise comparada da mobilidade e das desigualdades sociais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, 79-102.
- Santos, Boaventura Sousa (Org.) (2003), *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa and Nunes, J. Arriscado (Eds.) (2004), *Reinventing Democracy: grassroots movements in Portugal*. South European Society & Politics, Vol. 9 (Nº 2). Special Issue.
- Seixas, Ana Maria (2003), *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portuga: a inevitável presença do Estado*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*. London: Verso.

ANEXO 1. Dimensão da amostra

FACULDADES	N	% total	Feminino	Masculino
Direito	157	8.3	80.3	19.7
Economia	332	17.6	69.0	31.0
FCTUC	382	20.2	40.1	59.9
Letras	334	17.7	73.9	26.1
Medicina	152	8.1	69.1	30.9
Farmácia	169	9.0	71.6	28.4
Psicologia e Ciências da	245	13.0	86.9	13.1
Ciências do Desporto	116	6.1	27.8	72.2
Total	1887	100	65.0	35.0

Fonte: Inquérito aos estudantes da Universidade de Coimbra, 1999-2000

ANEXO 2. Níveis de instrução dos pais, segundo a origem geográfica (%)

TIPOLOGIA DA RESIDÊNCIA	GRAUS DE ESCOLARIDADE DO AGREGADO FAMILIAR							
	ENSINO PRIMÁRIO		3º CICLO DO ENSINO BÁSICO		ENSINO SECUNDÁRIO		CURSO MÉDIO/SUPERIOR	
	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE	PAI	MÃE
COIMBRA CONCELHO	21,2	24,2	15,7	14,0	19,6	15,1	43,5	46,0
RESTO DO DISTRITO DE	52,8	50,6	19,0	23,9	15,1	7,8	13,1	17,6
RESTO DA REGIÃO	45,0	42,9	16,6	17,2	18,0	13,1	20,3	26,4
RESTO DO PAÍS	38,3	39,5	25,0	22,1	17,1	14,1	19,6	24,4
PALOP'S	27,4	37,1	17,7	19,4	9,7	9,7	45,2	33,9
OUTROS PAÍSES	59,5	59,5	9,5	19,0	14,3	2,4	16,7	19,0
TOTAL	38,4	38,9	19,3	19,0	17,4	13,1	24,9	28,9

Fonte: Inquérito aos estudantes da Universidade de Coimbra, 1999-2000